



comgas

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações de resultados.....	11
Demonstrações de resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	18



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 7 e 23)

A receita é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R\$776.752 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração de alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados, e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;
- Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;
- Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;
- Procedimentos analíticos para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes, considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;
- Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2025;
- Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis correspondentes, bem como avaliarmos a exatidão dos cálculos aritméticos.
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas nº7 e 23, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 11 e 12)

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R\$ 7.532.570 mil e R\$ 945.415 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Avaliação da relação dos custos capitalizados de juros sobre obras em andamento ("JOA") com os empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicação do recálculo para os custos de empréstimos capitalizados no exercício;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2024;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 11 e 12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rafael Schmidt'.

Rafael Schmidt da Silva
Contador CRC 1 SP 258652/O-3

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.188.418	1.845.136
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978
Contas a receber de clientes	7	1.387.974	1.298.314
Instrumentos financeiros derivativos	14	99.173	20.116
Estoques		149.260	142.120
Recebíveis de partes relacionadas	8	5.354	222
Outros tributos a recuperar	9	146.742	222.572
Ativos financeiros setoriais	10	208.173	188.343
Outros ativos		70.239	121.644
Ativo circulante		5.277.580	4.633.445
Contas a receber de clientes	7	9.065	24.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.617	318.212
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19	19.855	59.805
Outros tributos a recuperar	9	116.091	83.838
Depósitos judiciais	20	137.380	40.892
Instrumentos financeiros derivativos	14	186.195	120.529
Outros ativos		424.385	28.953
Ativos financeiros setoriais	10	509.695	341.695
Intangível	11	7.764.444	7.099.770
Ativos de contrato	12	945.415	939.902
Direito de uso		40.771	46.988
Ativo não circulante		10.313.913	9.105.389
Total do ativo		15.591.493	13.738.834

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.638.128	1.165.556
Passivo de arrendamentos		8.128	7.910
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	63.184
Fornecedores	18	1.156.722	1.302.119
Ordenados e salários a pagar		110.569	115.581
Imposto de renda e contribuição social correntes		121.959	293.499
Outros tributos a pagar		194.389	155.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	1.065	332.326
Pagáveis a partes relacionadas	8	223.829	11.585
Outros passivos financeiros		132.999	133.937
Passivos financeiros setoriais	10	64.718	70.013
Outras provisões		22.941	226.160
Passivo circulante		3.675.447	3.877.440
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	8.151.073	5.812.535
Passivo de arrendamentos		27.761	32.827
Instrumentos financeiros derivativos	14	380.290	297.453
Provisão para demandas judiciais	20	70.413	45.516
Ordenados e salários a pagar		7.954	-
Obrigações de benefício pós-emprego	21	376.606	442.164
Passivos financeiros setoriais	10	1.749.274	1.532.364
Outros passivos		18.812	4.361
Passivo não circulante		10.782.183	8.167.220
Total do passivo		14.457.630	12.044.660
Patrimônio líquido			
Capital social	22	536.315	536.315
Reservas de capital		1.201	(46.851)
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Outros resultados abrangentes		(11.646)	(62.948)
Reservas de lucros		602.232	1.261.897
Total do patrimônio líquido		1.133.863	1.694.174
Total do passivo e patrimônio líquido		15.591.493	13.738.834

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	23	15.443.193	15.158.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(12.122.087)	(11.926.244)
Resultado bruto		3.321.106	3.232.430
Despesas de vendas	24	(135.406)	(127.105)
Despesas gerais e administrativas	24	(299.193)	(295.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	106.838
Despesa operacional		(247.651)	(315.951)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		3.073.455	2.916.479
Despesas financeiras		(833.373)	(1.321.730)
Receitas financeiras		569.227	881.669
Variação cambial líquida		(483.683)	144.191
Derivativos		309.224	(481.225)
Resultado financeiro líquido	26	(438.605)	(777.095)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
Corrente		(711.220)	(893.801)
Diferido		(131.166)	163.204
Imposto de renda e contribuição social	19	(842.386)	(730.597)
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
Resultado básico por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,4057
Preferenciais		14,5636	11,4462
Resultado diluído por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,3999
Preferenciais		14,5636	11,4399

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	21	77.731	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(26.429)	(8.229)
Total		51.302	15.974
Resultado abrangente do exercício		1.843.766	1.424.761

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	536.315	1.201	(48.052)	5.761	107.263	1.154.634	-	(62.948)	1.694.174
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.792.464	-	1.792.464
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	77.731	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	(26.429)	(26.429)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	1.792.464	51.302	1.843.766
Dividendos (Nota 22)	-	-	-	-	-	(1.154.634)	(1.250.000)	-	(2.404.634)
Dividendos prescritos (Nota 22)	-	-	-	-	-	547	-	-	547
Juros sobre capital próprio prescritos (Nota 22)	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Recomposição de reserva de capital	-	-	48.052	-	-	(48.052)	-	-	-
Retenção de lucros (Nota 22)	-	-	-	-	-	542.464	(542.464)	-	-
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	48.052	-	-	(659.665)	-	51.302	(560.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	536.315	1.201	-	5.761	107.263	494.969	-	(11.646)	1.133.863

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	536.315	1.201	(35.431)	5.761	107.263	496.566	-	(78.922)	1.032.753
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.408.787	-	1.408.787
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	24.203	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	(8.229)	(8.229)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	1.408.787	15.974	1.424.761
Dividendos	-	-	-	-	-	(400.000)	(324.997)	-	(724.997)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(27.200)	-	(27.200)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	1.245	-	-	1.245
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	233	-	-	233
Ações outorgadas reconhecidas	-	-	976	-	-	-	-	-	976
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	(13.597)	-	-	-	-	-	(13.597)
Retenção de lucros (Nota 22)	-	-	-	-	-	1.056.590	(1.056.590)	-	-
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	-	-	(12.621)	-	-	658.068	-	15.974	661.421
Saldo em 31 de dezembro de 2023	536.315	1.201	(48.052)	5.761	107.263	1.154.634	-	(62.948)	1.694.174

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
Ajustes para:			
Amortizações	24	653.444	575.792
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	25	58.971	30.192
Transações com pagamento baseado em ações	28	-	5.002
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	25	39.740	6.637
Juros, variações monetárias, líquidos		(107.030)	399.919
Juros sobre dívida, derivativos e variações cambiais, líquidos	13	729.393	626.770
Provisão de bônus e participação no resultado		70.351	52.241
Atualização do ativo financeiro da concessão		(41.764)	-
Perdas de crédito esperadas	7	16.994	10.630
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	10	(48.624)	(157.412)
Reversão de provisões diversas		(182.207)	-
Outros		10.929	14.029
		3.835.047	3.703.184
Variação em:			
Contas a receber de clientes		(51.470)	344.098
Estoques		(18.071)	(32.289)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(742.849)	(316.821)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(141.900)	(186.426)
Partes relacionadas		208.487	943
Ordenados e salários a pagar		(67.410)	(49.234)
Benefícios pós-emprego		(31.099)	(26.931)
Outros ativos e passivos, líquidos		(109.143)	(4.796)
		(953.455)	(271.456)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.881.592	3.431.728
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra de títulos e valores mobiliários		(127.751)	(159.280)
Caixa recebido na venda de outros ativos		1.496	4.637
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.502.513)	(1.499.753)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.628.768)	(1.654.396)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.702.814	1.338.051
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.166.499)	(1.547.820)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(374.252)	(337.668)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(355.584)	(459.378)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		27.658	284.728
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.994)	(4.092)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.347)	(3.556)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22 b)	(2.735.338)	(430.120)
Pagamento de remuneração baseada em ações		-	(13.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(909.542)	(1.173.452)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.845.136	1.241.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.188.418	1.845.136
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(817.231)	(182.012)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolvem caixa

- (i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 195.670 (R\$ 149.214 em 31 de dezembro de 2023), notas 11 e 12.
- (ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 174 (R\$ 2.067 em 31 de dezembro de 2023), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Receitas de vendas de gás		17.388.982	16.864.085
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outros	23	465.749	618.725
Perda de créditos esperada	7	(16.994)	(10.630)
Receita de construção	23	1.451.629	1.357.613
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	91.896
Total		19.476.314	18.921.689
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(12.307.608)	(12.228.165)
Custo dos serviços prestados		(48.119)	(53.632)
Custo de construção	24	(1.451.629)	(1.357.613)
Materiais, serviços e outras despesas		(351.804)	(352.258)
Total		(14.159.160)	(13.991.668)
Valor adicionado bruto		5.317.154	4.930.021
Retenções			
Amortizações	24	(653.444)	(575.792)
Total		(653.444)	(575.792)
Valor adicionado líquido gerado		4.663.710	4.354.229
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	26	569.227	881.669
Total		569.227	881.669
Valor adicionado total a distribuir		5.232.937	5.235.898
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		41.771	27.971
Benefícios		54.854	60.343
FGTS/ Outros		15.357	16.896
Impostos, taxas e contribuições		2.275.050	2.027.434
Federais		1.350.029	1.165.982
Estaduais		890.892	833.263
Municipais		34.129	28.189
Despesas financeiras e aluguéis		1.053.441	1.694.467
Juros		1.134.099	1.524.414
Aluguéis e arrendamentos		46.370	38.371
Outros		(127.028)	131.682
Remuneração de capitais próprios		1.792.464	1.408.787
Dividendos propostos		1.250.000	324.997
Juros sobre capital próprio		-	27.200
Resultado líquido de destinações		542.464	1.056.590
Total		5.232.937	5.235.898

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

1.1 Revisão Tarifária Quinquenal

Em 6 de setembro de 2024, a Companhia foi informada pela ARSESP, por meio da Deliberação nº 1.551 de 4 de setembro de 2024, acerca do cronograma atualizado do 5º processo de Revisão Tarifária Quinquenal. De acordo com a referida deliberação, a revisão, que estava prevista para ser concluída até 10 de dezembro de 2024, conforme estipulado no 7º aditivo contratual assinado em 01 de outubro de 2021, será finalizada até 4 de junho de 2025. A Deliberação também prevê que os ajustes compensatórios relacionados ao atraso serão calculados e aplicados na conclusão do processo de revisão.

Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2024, a ARSESP emitiu a Nota Técnica nº SEI-0048454038, que estabeleceu novos critérios para a mensuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Além de servir como componente tarifário, a BRR passou a ser utilizada pelo Poder Concedente como referência para a valoração e remuneração do ativo indenizável ao término da concessão. Diante dessa nova diretriz regulatória, a Companhia revisou a mensuração do ativo financeiro indenizável, ajustando sua estimativa conforme os critérios definidos na Nota Técnica. Com isso, o saldo do ativo financeiro indenizável, registrado no balanço patrimonial da Companhia na rubrica "Outros ativos" no longo prazo, passa a ser corrigido monetariamente, e a variação decorrente dessa atualização passa a compor a "Receita operacional líquida".

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 7 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas;
- ii. Nota 10 - determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais;
- iii. Nota 11 - avaliação da recuperação do intangível;
- iv. Nota 15 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo;
- v. Nota 17 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão;
- vi. Nota 19 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- vii. Nota 20 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais;
- viii. Nota 21 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego;

3.3 Informação por segmento

A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais.

Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP.

Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (*Chief Operating Decision Maker*) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas.

Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

4 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação.

A mensuração subsequente será conforme a classificação dada:

- a) Custo amortizado: juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.
- b) Valor justo pelo resultado (VJR): valor justo reconhecido no resultado.
- c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.147.540	895.454
Contas a receber de clientes	7	1.397.039	1.323.119
Recebíveis de partes relacionadas	8	5.354	222
Ativos financeiros setoriais	10	717.868	530.038
		3.267.801	2.748.833
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.040.878	949.682
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978
Instrumentos financeiros derivativos	15	285.368	140.645
		2.348.493	1.885.305
Total		5.616.294	4.634.138
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.930.424)	(958.975)
Passivos de arrendamentos		(35.889)	(40.737)
Fornecedores	18	(1.156.722)	(1.302.119)
Pagáveis a partes relacionadas	8	(223.829)	(11.585)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	(1.065)	(332.326)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		(132.999)	(133.937)
Parcelamento de débitos tributários		(4.674)	(5.219)
Passivos financeiros setoriais	10	(1.813.992)	(1.602.377)
		(5.299.594)	(4.387.275)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(7.858.777)	(6.019.116)
Instrumentos financeiros derivativos	15	(380.290)	(360.637)
		(8.239.067)	(6.379.753)
Total		(13.538.661)	(10.767.028)

- (i) O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento	214.704	71.839
Total	214.704	71.839
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	1.040.878	949.682
Total	1.040.878	949.682
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs ⁽ⁱⁱ⁾	932.836	823.615
Total	932.836	823.615
Total	2.188.418	1.845.136

(i) Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

(ii) Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos diversos, liquidez e /ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas próximas de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	1.022.247	794.978
Total	1.022.247	794.978

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") com a rentabilidade equivalente a aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos, com liquidez diária.

7 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber	707.064	694.355
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	776.752	706.650
Outros	5.943	9.932
Total	1.489.759	1.410.937
Perdas de créditos esperadas	(92.720)	(87.818)
Total	(92.720)	(87.818)
Total	1.397.039	1.323.119
Circulante	1.387.974	1.298.314
Não circulante	9.065	24.805
Total	1.397.039	1.323.119

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Em 06 de março, 05 de junho e 05 de setembro de 2024, foram emitidas as deliberações ARSESP nº 1.504, nº 1.528 e nº 1.555 com vigências a partir de 10 de março, 10 de junho e 10 de setembro de 2024, estabelecendo acréscimo nas tarifas médias ponderadas de 5,68%, redução tarifária média ponderada de 0,71% e acréscimo na tarifa média ponderada de 0,01%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em 06 de dezembro de 2024, foi emitida a deliberação nº 1.613 com vigências a partir de 10 de dezembro, estabelecendo acréscimo de tarifa média ponderada de 4,33% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiveram redução tarifária média ponderada de 1,07%.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2024	Perda esperada	31/12/2023	Perda esperada
A vencer	1.286.284	(2.538)	1.255.568	(2.532)
Vencidas:				
Até 30 dias	91.773	(1.148)	49.625	(886)
De 31 a 60 dias	10.757	(1.227)	10.602	(1.191)
De 61 a 90 dias	7.636	(1.664)	6.074	(1.329)
De 91 a 180 dias	12.246	(5.080)	12.336	(5.148)
Mais 180 dias	81.063	(81.063)	76.732	(76.732)
Total	1.489.759	(92.720)	1.410.937	(87.818)

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(87.812)
(Adições) / Reversões	(10.630)
Baixas	10.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(87.818)
(Adições) / Reversões	(16.994)
Baixas	12.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(92.720)

8 Partes relacionadas

a) Recebíveis / Pagáveis a partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. e suas controladas	72	211
Edge Comercialização S.A.	5.263	-
Total	5.335	211
Operações contratuais		
Compass Gás e Energia S.A.	19	-
Raízen S.A. e suas controladas	-	11
Total	19	11
Total do ativo circulante	5.354	222
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Necta Gás Natural S.A.	3.063	2.520
Edge Comercialização S.A.	216.175	-
Total	219.238	2.520
Operações contratuais		
Raízen S.A. e suas controladas	4.427	9.060
Cosan S.A.	-	5
Rumo S.A. e suas controladas	164	-
Total	4.591	9.065
Total do passivo circulante	223.829	11.585

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	1.132	3.541
Necta Gás Natural S.A.	-	139
Elevações Portuárias S.A.	1.170	397
Total	2.302	4.077
Compra de gás ⁽ⁱ⁾		
Edge Comercialização S.A.	1.532.569	-
Necta Gás Natural S.A.	32.455	40.188
Total	1.565.024	40.188
Receitas (despesas) recobradas e outros efeitos		
Edge Comercialização S.A. ^{(iii) / (iv)}	45.876	348.922
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱ⁾	(20.985)	(18.750)
Compass Gás e Energia S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(22.189)	(16.815)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30	(3.330)
Commit Gás S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(918)	(1.851)
Rumo S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	988	(1.553)
Necta Gás Natural S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(83)	(369)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(43)	-
Cosan S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	12	176
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	20
Total	2.688	306.450
Resultado financeiro		
Edge Comercialização S.A. ^(iv)	1.375	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(v)	753	8.642
Total	2.128	8.642

⁽ⁱ⁾ Operações comerciais de compra ou fornecimento de gás em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço, as condições usuais de mercado e demais condições contratuais preexistentes.

⁽ⁱⁱ⁾ Serviços compartilhados recobrados, relacionados a processos de contabilidade, impostos, serviços jurídicos, processamento de folha de pagamento etc.;

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Recobrança de benefícios laborais de colaboradores transferidos entre as empresas;

^(iv) Refere-se substancialmente à compensação financeira de custos adicionais da Companhia atrelados ao contrato de fornecimento de gás. Durante o exercício de 2024 a empresa Compass Comercialização S.A. alterou sua razão social para Edge Comercialização S.A.;

^(v) Deságio na compra de crédito de ICMS, referente aos contratos findos em 31 de dezembro 2023

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui benefícios de curto prazo, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego, remuneração baseada em ações, bônus de longo prazo e seus respectivos encargos.

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a administradores	22.875	25.021
Benefícios pós-emprego	637	673
Bônus de longo prazo a administradores	4.281	10.264
Transações com pagamentos baseados em ações	-	114
Total	27.793	36.072

d) Demais transações com partes relacionadas:

Em 20 de setembro de 2024, a Companhia firmou contrato de compra e venda de créditos de ICMS com a Rumo Malha Paulista S.A, no valor de R\$ 259.461 e deságio de 10%. A transferência do crédito e o respectivo pagamento estão condicionados à autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ. Até 31 de dezembro de 2024, não foram compensados nenhum crédito sobre esse contrato.

Durante o exercício de 2023, a Companhia e a Compass Comercialização celebraram aditivos contratuais relacionados ao contrato de fornecimento de gás, resultando em compensações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 no montante R\$ 5.263 (R\$ 353.316 em 31 de dezembro de 2023).

Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão (vide nota explicativa 10).

9 Outros tributos a recuperar**Política contábil:**

Os ativos e passivos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando aplicável. Os ativos fiscais são reconhecidos quando há tributos pagos que se espera serem restituídos pelas autoridades fiscais ou compensados com obrigações futuras, enquanto os passivos fiscais representam obrigações presentes decorrentes de tributos devidos, reconhecidos no passivo quando formalizados e exigíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	261.171	284.766
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	1.218	20.411
Programa de Integração Social (PIS)	249	1.150
Outros	195	83
Total	262.833	306.410
Circulante	146.742	222.572
Não circulante	116.091	83.838
Total	262.833	306.410

10 Ativos e passivos financeiros setoriais

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

A movimentação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquido foi a seguinte:

	Ativo financeiro setorial	Passivo financeiro setorial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	321.899	(1.469.125)	(1.147.226)
Custo de gás ⁽ⁱ⁾ / ^(v)	43.116	-	43.116
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(2.594)	(2.594)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	48.133	(130.658)	(82.525)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	116.890	-	116.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530.038	(1.602.377)	(1.072.339)
Custo de gás ⁽ⁱ⁾ / ^(v)	(3.084)	-	(3.084)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	73.496	(145.905)	(72.409)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	117.418	-	117.418
Saldo em 31 de dezembro de 2024	717.868	(1.813.992)	(1.096.124)
Circulante	208.173	(64.718)	143.455
Não circulante	509.695	(1.749.274)	(1.239.579)
	717.868	(1.813.992)	(1.096.124)

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que as deliberações da ARSESP preveem recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes;

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício;

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Atualização monetária sobre a conta corrente de custo de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC;

^(iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidos no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

^(v) Inclui os efeitos de R\$ 2.388 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 177.414 em 31 de dezembro de 2023), referentes aos valores redistribuídos aos consumidores (vide nota 9.d).

Diante da audiência pública realizada pela ARSESP em 9 de janeiro de 2023, relacionada à devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes da Companhia, provenientes da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, a Companhia e demais membros da sociedade apresentaram relevantes contribuições a serem analisadas pela agência reguladora. Atualmente, conforme a Deliberação nº 1.634, de 16 de janeiro de 2025, o prazo para disponibilização do Relatório Circunstanciado é até 20 de maio de 2025. Assim, até que as análises dessas contribuições sejam concluídas pela agência reguladora, o tema permanece em aberto, sem definição quanto aos próximos passos, o que, por sua vez, não gera impacto nas demonstrações financeiras.

11 Ativos intangíveis

Política contábil:

Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Fidelização de clientes

Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados.

Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.346.865	1.169.742	85.387	5.047	10.607.041
Adições	-	-	121.806	-	121.806
Baixas	(57.473)	(64)	-	-	(57.537)
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.346.553	149.306	(149.592)	-	1.346.267
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.635.945	1.318.984	57.601	5.047	12.017.577
Adições	-	-	82.254	-	82.254
Baixas	(137.738)	(126)	-	-	(137.864)
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.294.231	114.616	(114.633)	961	1.295.175
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.792.438	1.433.474	25.222	6.008	13.257.142
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.398.229)	(969.706)	-	(1.618)	(4.369.553)
Adições	(453.517)	(126.723)	-	(1.021)	(581.261)
Baixas	33.005	2	-	-	33.007
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.818.741)	(1.096.427)	-	(2.639)	(4.917.807)
Adições	(525.581)	(132.627)	-	(1.137)	(659.345)
Baixas	84.454	-	-	-	84.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.259.868)	(1.229.054)	-	(3.776)	(5.492.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.817.204	222.557	57.601	2.408	7.099.770
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.532.570	204.420	25.222	2.232	7.764.444

⁽ⁱ⁾ Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R\$ 150.941 (R\$ 102.835 em 31 de dezembro de 2023).

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

12 Ativos de contrato

Política contábil

Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção.

Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Valor de custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.031.391
Adições	24	1.357.613
Transferência para ativo intangível		(1.449.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		939.902
Adições	24	1.451.629
Transferência para ativo intangível		(1.446.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		945.415

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram adicionados R\$ 126.771 nos ativos de contrato gerados internamente (R\$ 119.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Compromissos de investimento

A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R\$ 31 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 4,5 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2024.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Companhia proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

Em junho de 2025, há previsão de conclusão do processo público de revisão tarifária para o ciclo que vigorará até 2029, onde será detalhado e aprovado o plano de investimentos da Companhia, bem como demais compromissos assumidos para este novo ciclo quinquenal.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R\$ 78.980 a uma taxa média de 10,47% a.a. (R\$ 82.441 e 12,70% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Os empréstimos são classificados como custo amortizado, com exceção daqueles designados como *hedge accounting* de valor justo ou em que a Companhia fez a opção irrevogável de registro pelo valor justo.

A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros.

São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:

	Encargos financeiros					
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Objetivo
Com garantia ⁽ⁱⁱ⁾						
BNDES						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	9,15%	88.477	112.946	abr/2029	Investimento
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	8,26%	1.318.110	1.547.663	jun/2034	Investimento
Projeto IX - Sub A	IPCA + 5,74%	10,87%	1.027.665	893.811	dez/2036	Investimento
Projeto IX - Sub B	IPCA + 6,01%	11,15%	295.695	304.276	dez/2036	Investimento
Total			2.729.947	2.858.696		
Sem garantia						
Resolução 4.131						
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	1,36%	-	362.774	fev/2024	Gerenciamento de capital
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	2,13%	1.245.669	943.486	fev/2025	Gerenciamento de capital
Scotiabank 2023	USD + 4,04%	4,04%	926.262	734.191	mai/2026	Gerenciamento de capital
Debêntures						
4ª emissão – 3ª série	IPCA + 7,36%	12,57%	41.436	80.960	dez/2025	Investimento
6ª emissão – série única	IPCA + 4,33%	-	-	554.148	out/2024	Investimento
7ª emissão – série única	IGP-M + 6,10%	13,04%	382.837	359.640	mai/2028	Gerenciamento de capital
9ª emissão – 1ª série	IPCA + 5,12%	10,22%	512.946	550.342	ago/2031	Investimento
9ª emissão – 2ª série	IPCA + 5,22%	10,32%	466.173	533.854	ago/2036	Investimento
10ª emissão – série única	CDI + 0,80%	13,05%	1.547.587	-	mar/2029	Gerenciamento de capital
11ª emissão – 1ª série	IPCA + 6,38%	11,54%	685.420	-	jul/2034	Investimento
11ª emissão – 2ª série	IPCA + 6,45%	11,61%	662.782	-	jul/2039	Investimento
12ª emissão – série única	IPCA + 7,17%	12,37%	588.142	-	dez/2036	Investimento
Total			7.059.254	4.119.395		
Total			9.789.201	6.978.091		
Circulante			1.638.128	1.165.556		
Não circulante			8.151.073	5.812.535		
Total			9.789.201	6.978.091		

⁽ⁱ⁾ Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 14.

⁽ⁱⁱ⁾ Dívidas garantidas pela possibilidade de retenção de recursos recebidos de seus clientes por meio de conta vinculada, em caso de inadimplência do pagamento.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
1 a 2 anos	1.335.250	1.194.493
2 a 3 anos	412.325	1.121.908
3 a 4 anos	412.370	390.244
4 a 5 anos	1.972.540	390.289
5 a 6 anos	469.880	451.664
6 a 7 anos	381.852	445.438
7 a 8 anos	270.586	426.269
Acima de 8 anos	2.896.270	1.392.230
Total	8.151.073	5.812.535

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2024	31/12/2023
Reais	7.617.270	4.937.640
Dólar ⁽ⁱ⁾	2.171.931	2.040.451
Total	9.789.201	6.978.091

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2024, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuíam proteção contra risco cambial por meio da contratação de derivativos (Nota 14).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.980.640
Captações	1.338.051
Amortização de principal	(1.547.820)
Pagamentos de juros	(337.668)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(81.882)
Juros, variação cambial e valor justo	626.770
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.978.091
Captações	3.702.814
Amortização de principal	(1.166.499)
Pagamentos de juros	(374.252)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(80.346)
Juros, variação cambial e valor justo	729.393
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.789.201

Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximado de R\$ 140.000 (R\$ 337.000 em 31 de dezembro de 2023).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2024
BNDES	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,80
Resolução 4131		
Debentures 4ª emissão a 12ª emissão		
Debentures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,16

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida onerosa líquida ⁽ⁱ⁾	6.709.347	4.598.706
LAJIDA ⁽ⁱⁱ⁾	3.726.899	3.492.271
(=) Dívida líquida / LAJIDA	1,80	1,32

	31/12/2024	31/12/2023
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)	1.547.083	1.216.534
Endividamento total (líquido de derivativos) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	9.920.012	7.238.820
(=) Endividamento de curto prazo / Endividamento total	0,16	0,17

- (i) "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, passivos de arrendamentos circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e líquido de operações derivativos;
- (ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das amortizações;
- (iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras de seus contratos.

14 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo, sendo este atualizado ao final de cada período de reporte. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* as quais devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), sobre se os instrumentos de *hedge* enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

a) Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>swap</i> (juros)	6.103.930	4.234.668	(360.077)	77.982
Contratos de <i>swap</i> (juros e câmbio)	1.846.710	2.253.960	265.155	(297.974)
Total dos instrumentos financeiros	7.950.640	6.488.628	(94.922)	(219.992)
Ativo circulante			99.173	20.116
Ativo não circulante			186.195	120.529
Passivo circulante			-	(63.184)
Passivo não circulante			(380.290)	(297.453)
Total			(94.922)	(219.992)

Os instrumentos financeiros derivativos, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

b) Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

As dívidas que possuem *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

Hedge risco de juros			Nocional	Valor registrado ⁽ⁱ⁾		Ajuste de valor acumulado ⁽ⁱⁱ⁾	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimo, financiamento e debêntures							
Itens designados							
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%		(791.665)	(678.785)	(803.989)	100.511	54.807
Total dívida			(791.665)	(678.785)	(803.989)	100.511	54.807
Instrumentos financeiros derivativos							
Instrumentos de <i>hedge</i>							
5ª emissão – série única	99,80% CDI	-	-	-	-	-	(221.000)
BNDES Projeto VIII	99,70% CDI e 99,80	791.665	(101.565)	(56.085)	(45.480)	34.108	
Total derivativos			791.665	(101.565)	(56.085)	(45.480)	(186.892)
Total líquido			-	(780.350)	(860.074)	55.031	(132.085)

(i) Saldos registrados no balanço patrimonial;

(ii) Variação registrada no resultado financeiro, líquido.

c) Opções por valor justo

A Companhia optou irrevogavelmente por designar os passivos abaixo para registro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que contratou instrumentos derivativos para proteção das exposições cambiais ou de juros para tais, mantendo assim o objeto e instrumento na mesma base de mensuração:

Risco de câmbio			Valor registrado		Ajuste de valor justo	
			Nocional	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
4131 Scotiabank (2021)	USD + 1,60%	-	-	(362.774)	-	2.106
4131 Scotiabank (2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(1.245.669)	(943.486)	3.580	33.324
4131 Scotiabank (2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(926.262)	(734.191)	5.920	(5.468)
Total dívida			(1.846.710)	(2.171.931)	(2.040.451)	9.500
Instrumentos financeiros derivativos						
4131 Scotiabank (2018)	107,9% do CDI	-	-	-	-	(123.760)
4131 Scotiabank (2021)	CDI + 1,25%	-	-	(63.184)	63.184	(12.939)
4131 Scotiabank (2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	95.971	(212.180)	308.150	(51.811)
4131 Scotiabank (2023)	CDI + 1,30%	749.310	169.184	(22.611)	191.795	(22.611)
Total derivativos			1.846.710	265.155	(297.975)	563.129
Total líquido			-	(1.906.776)	(2.338.426)	572.629

Risco de juros		Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
4ª emissão – 3ª série	IPCA + 7,36%	(38.273)	(41.436)	(80.960)	718	(708)
6ª emissão – série única	IPCA + 4,33%	-	-	(554.148)	-	3.509
9ª emissão – 1ª série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(512.946)	(550.342)	88.728	19.868
9ª emissão – 2ª série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(466.173)	(533.854)	133.379	34.919
BNDES Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	(101.543)	(88.477)	(112.946)	3.288	(150)
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(688.876)	(639.325)	(743.674)	39.439	5.967
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(554.820)	(598.752)	54.110	(19.875)
BNDES Projeto IX - Sub B	IPCA + 6,01%	(315.186)	(295.695)	-	23.999	-
BNDES Projeto IX - Sub A (dez/23)	IPCA + 5,74%	(306.207)	(287.962)	-	22.242	-
11ª emissão – 1ª Série	IPCA + 6,38%	(750.000)	(685.420)	-	72.780	-
11ª emissão – 2ª Série	IPCA + 6,45%	(750.000)	(662.782)	-	85.912	-
BNDES Projeto IX - Sub A (set/24)	IPCA + 5,74%	(196.598)	(184.883)	-	10.864	-
12ª emissão – série única	IPCA + 7,17%	(600.000)	(588.142)	-	(10.096)	-
Total dívida		(5.312.265)	(5.008.061)	(3.174.676)	525.363	43.530
Instrumentos financeiros derivativos						
4ª emissão – 3ª série	112,49% CDI	38.273	3.203	4.567	(1.364)	5.345
6ª emissão – série única	89,90% CDI	-	-	20.116	(20.116)	30.535
9ª emissão – 1ª série	109,20% CDI	500.000	5.192	42.093	(36.901)	59.798
9ª emissão – 2ª série	110,60% CDI	500.000	(39.535)	26.901	(66.436)	67.342
BNDES Projetos VI e VII	87,50% CDI	101.543	(3.332)	64	(3.396)	2.110
BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	688.876	(39.834)	(6.578)	(33.256)	14.461
BNDES Projeto IX	98,90% CDI	565.582	1.394	46.904	(45.510)	53.536
BNDES Projeto IX - Sub B	98,49% CDI	315.186	(15.994)	-	(15.994)	-
BNDES Projeto IX - Sub A (dez/23)	95,55% CDI	306.207	(14.383)	-	(14.383)	-
11ª emissão – 1ª Série	100,45% CDI	750.000	(71.755)	-	(71.755)	-
11ª emissão – 2ª Série	99,70% CDI	750.000	(84.963)	-	(84.963)	-
BNDES Projeto IX - Sub A (set/24)	92,35% CDI	196.598	(8.929)	-	(8.929)	-
12ª emissão – série única	95,66% CDI	600.000	10.424	-	10.424	-
Total derivativos		5.312.265	(258.512)	134.067	(392.579)	233.127
Total líquido		-	(5.266.573)	(3.040.609)	132.784	276.657

15 Mensurações de valor justo reconhecidas

Política Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- Nível 3: utilizam inputs para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados;
- Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			Nível 2	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Aplicações em operações compromissadas	1.040.878	949.682	1.040.878	949.682
Títulos e valores mobiliários	1.022.247	794.978	1.022.247	794.978
Instrumentos financeiros derivativos	285.368	140.645	285.368	140.645
Total	2.348.493	1.885.305	2.348.493	1.885.305
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.858.777)	(6.019.116)	(7.858.777)	(6.019.116)
Instrumentos financeiros derivativos	(380.290)	(360.637)	(380.290)	(360.637)
Total	(8.239.067)	(6.379.753)	(8.239.067)	(6.379.753)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve alteração na classificação dos níveis.

16 Gestão de risco financeiro

Política contábil:

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global, e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Nos casos em que empréstimos com taxa de juros flutuante são o item coberto, resultará no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

a) Risco de mercado

A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado, contratados de acordo com as diretrizes estabelecidas por Política interna.

i. Risco cambial

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas moedas e minimizar impactos das disparidades em seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção de câmbio em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	Risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(2.129.035)	(2.661.294)	(3.193.552)	(1.596.776)	(1.064.517)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Baixa cambial	2.129.035	2.661.294	3.193.552	1.596.776	1.064.517
Impactos de (perdas) ou ganhos no resultado do exercício			-	-	-	-

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	312.853	391.066	469.279	234.639	156.426
Títulos e valores mobiliários	147.161	183.951	220.741	110.371	73.580
Derivativos de taxa de juros	(98.997)	(94.286)	(86.406)	(120.364)	(140.636)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(515.103)	(643.879)	(772.654)	(383.903)	(255.935)
Impactos de perdas no exercício	(154.086)	(163.148)	(169.040)	(159.257)	(166.565)

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam afetar suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 7) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração.

A fim de mitigar os riscos de crédito os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
AAA	3.303.973	2.590.289
AA	88.462	86.899
A	103.094	103.571
Not rated	504	-
Total	3.496.033	2.780.759

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Os principais passivos financeiros de longo prazo da Companhia são classificados pelas datas de vencimento e estão demonstrados nas notas 13 e 14.

17 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos da Companhia são substancialmente ligados à fornecimento de gás, totalizando um compromisso financeiro no valor presente estimado em R\$ 38.156.427, com prazo até dezembro de 2034, dos quais R\$ 9.674.662 referem-se a operações com partes relacionadas, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras, Edge, Enauta, 3R Potiguar, 3R Bahia e 3R Petroleum, Galp, Equinor e Necta nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro 2034, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 6,75 milhões de m³/dia, denominado Novo NMG.
- Contrato com a Edge (parte relacionada) na modalidade firme, com vigência de 10 anos, até junho 2033, e com quantidade diária contratual atual de gás de 2,5 milhões de m³/dia.
- Contrato com a Enauta, 3R Potiguar, 3R Bahia e 3R Petroleum na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025, com vigência até dezembro 2027, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 150 mil de m³/dia.
- Contrato com a Galp na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025, com vigência até dezembro 2025, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 150 mil de m³/dia.
- Contrato com a Equinor na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025, com vigência até dezembro 2034, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 50 mil de m³/dia.
- Contrato com a Necta (parte relacionada) na modalidade firme, iniciado em janeiro 2025, com vigência até abril de 2025 e volume médio mensal contratado de 945 mil de m³ e volume anual contratado de 11,24 milhões de m³.

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas variáveis: uma indexada a Brent no mercado internacional e outra ao dólar americano.

18 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de gás/transportes	791.974	991.064
Fornecedores de materiais e serviços	364.748	311.055
Total	1.156.722	1.302.119

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição Fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que

pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.634.850	2.139.384
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(895.849)	(727.391)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Encargos relacionadas à não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱ⁾	26.736	(83.975)
Selic indêbitos ⁽ⁱⁱ⁾	22.117	76.268
Diferenças permanentes (baixas de estoques, doações, brindes, etc.)	(9.598)	(10.819)
Juros sobre capital próprio	-	9.248
Outros	14.208	6.072
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente ⁽ⁱ⁾	(711.220)	(893.801)
Diferido	(131.166)	163.204
Total	(842.386)	(730.597)
Taxa efetiva	31,97%	34,15%

(i) A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais n.º 62.399/2016 e 69.289/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R\$ 308.158 (R\$183.924 principal, R\$ 56.252 multa e R\$67.982 juros), nos valores atualizados até dezembro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, foi liquidado o valor de R\$215.403, e remanescendo um valor a pagar de R\$92.755, registrado no passivo circulante como "Imposto de renda e contribuição social correntes", a ser liquidado, em parcelas mensais, até agosto de 2025.

(ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante atualizado, líquidos de compensações até dezembro de 2024 de R\$ 73.951 (R\$ 48.472 principal e R\$ 25.479 juros). Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês com finalização em outubro de 2025, sendo contabilizado no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$19.855 (R\$59.805 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2013 e 2014.

Para o exercício de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação anual de impostos de renda e contribuição social, uma vez que o regime trimestral não se mostrou vantajoso.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Passivos financeiros setoriais	266.003	300.874
Provisão para demandas judiciais	23.940	15.475
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	128.046	150.336
Perda de créditos esperada	11.993	11.931
Transações com pagamento baseado em ações	-	2.951
Provisões de participações no resultado e bônus	25.431	21.655
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	-	31.176
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾	109.211	-
Outros	30.298	94.000
Tributos diferidos - Ativos	594.922	628.398
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(120.745)	(148.083)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(70.703)
Arrendamento mercantil	(1.661)	(2.126)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(183.753)	-
Juros capitalizados	(110.966)	(86.294)
Outros	(17.180)	(2.980)
Tributos diferidos - Passivos	(434.305)	(310.186)
Total de tributos diferidos registrados	160.617	318.212

- (i) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 8,9 anos.
- (ii) A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.373	25.063	-	319.754	33.919	-	531.109
Creditado / (cobrado) do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	8.526	60.081	-	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	-	-	-	-	-	(8.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.336	24.606	31.176	328.280	94.000	-	628.398
Creditado / (cobrado) do resultado do exercício	4.139	825	(31.176)	(26.344)	(63.702)	-	(116.258)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	109.211	109.211
Outros resultados abrangentes	(26.429)	-	-	-	-	-	(26.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.046	25.431	-	301.936	30.298	109.211	594.922

ii. Impostos diferidos passivos	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados / Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.861)	(175.421)	(90.209)	(2.869)	(62.512)	(367.872)
Creditado / (cobrado) do resultado do exercício	-	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	-	-	-	-	(33.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(70.703)	(148.083)	-	(2.126)	(89.274)	(310.186)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)
Diferenças cambiais	70.703	-	-	-	-	70.703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(120.745)	(183.753)	(1.661)	(128.146)	(434.305)
Total de tributos diferidos						160.617

20 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias ⁽ⁱ⁾	14.190	12.593	125.540	17.614
Cíveis, ambientais e regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	47.089	17.559	6.009	15.781
Trabalhistas	9.134	15.364	5.831	7.497
Total	70.413	45.516	137.380	40.892

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 110.170 em ação para discussão quanto à dedutibilidade, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, de juros de mora incidentes sobre débitos tributários.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 destacam-se: a) o julgamento em 2ª instância de processo judicial inerente à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) no montante de R\$ 10.476; b) bem como acordo celebrado com a Prefeitura Municipal de São Paulo para resolução de pendências administrativas/judiciais no montante de R\$ 4.200; c) e julgamentos em segundo grau de processos judiciais que envolvem a Municipalidade de São Paulo e a Fundação de Proteção e dois casos envolvendo a Defesa do Consumidor (PROCON-SP), no montante de R\$ 24.805, compensados pelas baixas por pagamentos/reversões no exercício.

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.368	22.246	27.437	67.051
Provisionado no exercício	166	4.647	4.790	9.603
Baixas por reversão / pagamento ⁽ⁱⁱ⁾	(2.762)	(13.731)	(14.117)	(30.610)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(2.179)	4.397	(2.746)	(528)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.593	17.559	15.364	45.516
Provisionado no exercício	1.573	34.802	5.653	42.028
Baixas por reversão / pagamento ⁽ⁱⁱ⁾	(873)	(13.767)	(9.876)	(24.516)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	897	8.495	(2.007)	7.385
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.190	47.089	9.134	70.413

⁽ⁱ⁾ Inclui juros por reversões e constituições de processos.

⁽ⁱⁱ⁾ Contempla pagamentos de acordos trabalhistas, cíveis e tributários.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	3.547.267	3.259.134
Cíveis, ambientais e regulatórias	124.392	138.125
Trabalhistas	62.358	31.763
Total	3.734.017	3.429.022

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão relacionadas a glosa de amortização de despesas de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente de operações societárias.

b) Cíveis, ambientais e regulatórias

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental.

Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores.

c) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

21 Obrigações de benefício pós-emprego

Política contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir.

Planos de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Planos de benefício definido

Plano médico

A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado.

As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição definida, registradas no resultado, totalizaram R\$ 43.342 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 45.203 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação de benefício definido inicial	442.164	448.157
Custo dos serviços	70	157
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	45.141
(Ganhos) / perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras ⁽ⁱ⁾	(81.661)	23.753
Perdas / (ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência ⁽ⁱ⁾	3.930	(70.072)
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas ⁽ⁱ⁾	-	22.116
Benefícios pagos	(31.169)	(27.088)
Obrigação de benefício definido final	376.606	442.164
Contribuições do empregador	(31.169)	(27.088)
Benefícios pagos	31.169	27.088
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Passivo líquido de benefício definido	376.606	442.164

⁽ⁱ⁾ Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	448.157
Custo dos serviços	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	442.164
Custo dos serviços correntes	70
Juros sobre obrigação atuarial	43.272
Benefícios pagos	(31.169)
Ganho atuarial	(77.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	376.606

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2024	31/12/2023
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Ganhos / (perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	81.661	(23.753)
(Perdas) / ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.930)	70.072
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	-	(22.116)
Ganho atuariais líquidas	77.731	24.203

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 8,9 anos (sendo de 10,9 anos para 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade

A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, conforme demonstrado abaixo o efeito que teria no passivo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(16.961)	18.485

22 Patrimônio líquido

Política contábil:

Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorrem com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 (em milhares) de ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 (em milhares) ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2024 e 31/12/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	103.863	100	28.658	100	132.521	100

a. Dividendos

Em 27 de março 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.479.631 (R\$ 324.997 provisionados como mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2023), com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, pagos no dia 11 de abril de 2024.

Em 08 de agosto de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 800.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de junho de 2024, pagos em 30 de agosto de 2024.

Em 06 de novembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 450.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2024, pagos em 25 de novembro de 2024.

b. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.806
Dividendos do exercício anterior	400.000
Dividendos mínimos obrigatórios	324.997
Juros sobre capital próprio	27.200
IR sobre juros sobre capital próprio	(4.079)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.120)
Dividendos prescritos	(1.245)
Juros sobre capital próprio prescritos	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	332.326
Dividendos intermediários	1.154.634
Dividendos intercalares	1.250.000
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.735.338)
Dividendos prescritos	(547)
Juros sobre capital próprio prescritos	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.065

c. Destinação do resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	1.792.464	1.408.787
Constituição da reserva legal - 5% ⁽ⁱ⁾	-	-
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	1.792.464	1.408.787
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	448.116	352.197
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(1.250.000)	(27.200)
Dividendo mínimos obrigatórios	-	324.997
Total do lucro do exercício a destinar	542.464	1.056.590

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional.

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

23 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita de vendas de gás - faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita de vendas de gás – não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, sendo reconhecida no resultado conforme evolução da construção.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na venda de gás		17.388.982	16.864.085
Receita bruta na prestação de serviços, penalidades e outros		465.749	618.725
Receita de construção	12	1.451.629	1.357.613
Impostos e deduções sobre vendas		(3.863.167)	(3.681.749)
Receita operacional líquida		15.443.193	15.158.674

A seguir, é apresentada a receita líquida por categorias de clientes e seus respectivos custos no exercício:

Categorias	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	2.227.179	2.117.864
Comercial	773.198	723.976
Industrial	9.739.754	9.327.397
Cogeração	507.956	675.689
Automotivo	321.780	409.881
Termogeração	6.580	2.523
Receita de construção	1.451.629	1.357.613
Outras receitas	381.504	543.731
Mercado cativo	15.409.580	15.158.674
Industrial	26.676	-
Termogeração	6.937	-
Mercado livre	33.613	-
Receita líquida	15.443.193	15.158.674
Residencial	(735.283)	(719.097)
Comercial	(351.991)	(338.961)
Industrial	(7.733.288)	(7.517.880)
Cogeração	(440.756)	(588.820)
Automotivo	(276.039)	(355.958)
Termogeração	(5.223)	(1.968)
Custo de construção	(1.451.629)	(1.357.613)
Outros custos	(1.127.878)	(1.045.947)
Custos dos produtos vendidos	(12.122.087)	(11.926.244)
Resultado bruto	3.321.106	3.232.430

24 Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa.

Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Os custos de construção são reconhecidos por referência a receita de construção.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Custo do gás e transporte		(9.780.376)	(9.750.495)
Custo de construção	12	(1.451.629)	(1.357.613)
Amortizações		(653.444)	(575.792)
Gastos com pessoal		(230.500)	(222.918)
Gastos com materiais / serviços		(440.737)	(442.215)
Total		(12.556.686)	(12.349.033)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(12.122.087)	(11.926.244)
Despesas de vendas		(135.406)	(127.105)
Despesas gerais e administrativas		(299.193)	(295.684)
Total		(12.556.686)	(12.349.033)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão de outras provisões ⁽ⁱ⁾	291.032	-
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	(58.971)	(30.192)
Efeito líquido das demandas judiciais e parcelamentos tributários	(39.740)	(6.637)
Acordo contratual ⁽ⁱⁱ⁾	2.379	143.221
Outros	(7.752)	446
Total	186.948	106.838

(i) No segundo trimestre de 2024, a Companhia reavaliou e concluiu, segundo os critérios do CPC 25 / IAS 37, que não existe atualmente expectativa provável de saída de recursos para parte do montante então registrado em seu balanço patrimonial na rubrica "Outras provisões", procedendo assim com sua reversão.

(ii) Efeito líquido entre partes relacionadas, líquido de impostos e valores redistribuídos aos consumidores, conforme nota explicativa 8.d) e 10 (v).

26 Resultados financeiros

Política contábil:

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(757.342)	(562.833)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	309.224	(481.225)
Variação cambial sobre dívida	(483.683)	144.191
Fianças e garantias sobre dívidas	(15.456)	(14.614)
Total	(947.257)	(914.481)
Rendimentos de aplicações financeiras	308.837	324.612
Total	308.837	324.612
Custo da dívida, líquida	(638.420)	(589.869)
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(19.423)	(20.564)
Juros sobre contas a receber de clientes	39.022	53.575
Juros sobre ativo e passivo setorial (nota 10)	(72.409)	(82.525)
Juros capitalizados nos ativos de contrato ⁽ⁱ⁾	78.980	82.441
Juros sobre passivo atuarial (nota 21)	(43.272)	(45.142)
Encargos relacionados à não efetivação do benefício do pacto federativo ⁽ⁱⁱ⁾	(31.564)	(92.669)
Juros sobre contingências e depósitos judiciais	(6.827)	6.889
Despesas bancárias	(9.234)	(10.670)
Outros efeitos financeiros ^(iv)	264.542	(78.561)
Total	199.815	(187.226)
Resultado financeiro, líquido	(438.605)	(777.095)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(833.373)	(1.321.730)
Receitas financeiras	569.227	881.669
Variação cambial líquida	(483.683)	144.191
Derivativos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	309.224	(481.225)
Resultado financeiro, líquido	(438.605)	(777.095)

⁽ⁱ⁾ Para maiores informações vide nota explicativa 12.

⁽ⁱⁱ⁾ Para maiores informações vide nota explicativa 19. a.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

^(iv) Refere-se, substancialmente, à reversão do ajuste a valor presente de ativos financeiros de longo prazo, decorrente da Revisão Tarifária Quinquenal, Nota 1.1, para os quais a Companhia possui o direito contratual de correção monetária.

27 Lucro por ação

Política contábil:

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

Resultado por ação	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Resultado do exercício	1.792.464	1.408.787
Ações ordinárias	1.375.104	1.080.763
Ações preferenciais	417.360	328.024
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	13,2396	10,4057
Ação preferencial	14,5636	11,4462
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do exercício	1.792.464	1.408.787
Ações ordinárias	1.375.104	1.080.167
Ações preferenciais	417.360	328.620
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.726
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	13,2396	10,3999
Ação preferencial	14,5636	11,4399

Durante o exercício de 2023 a Companhia possuía uma categoria de possível efeito diluidor, que eram seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício do plano de remuneração baseado em ações.

Os acionistas detentores de ações preferenciais têm o direito ao recebimento de dividendo por ação 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, conforme estabelecido no estatuto da Companhia.

28 Pagamento baseado em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

A Companhia possuía um plano de *phantom shares* que previa a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da sua controladora Compass Gás e Energia S.A., menos o preço da concessão.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

Plano de remuneração baseado em ações liquidado em caixa

Data do programa	Expectativa de período (anos)	Concessão de planos	Acréscimo de ações ⁽ⁱⁱ⁾	Disponível em 31/12/2024	Valor justo na data de outorga R\$
01/11/2021	3	164.967	32.664	-	25,46
Total		164.967	32.664	-	

⁽ⁱ⁾ A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação Black-Scholes;

⁽ⁱⁱ⁾ Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foram liquidadas 197.631 ações em caixa do plano de 2021, no montante de R\$ 11.395. A variação entre o valor da ação na data da outorga e o valor da ação na data da liquidação foi reconhecido no resultado da Companhia.

Despesa reconhecida no resultado

As despesas de remuneração baseada em ações totais contabilizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram de R\$ 1.985 (R\$5.002, sendo R\$ 976 pelo plano de concessão de ações e R\$ 4.026 pelo plano de liquidação em caixa em, 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve novas adesões a planos baseados ou pagos em ações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano 2023 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,6 milhões de clientes em nossa base ao fim de 2024, com incremento de 5,8% em relação ao ano anterior.

O volume em 2024 apresentou um aumento de 2,0%, explicado pelo acréscimo de consumo nos segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Termogeração, que foi parcialmente compensado pela queda de volume dos segmentos de Cogeração e Automotivo.

O volume do segmento Industrial representou 81,3% do total distribuído em 2024 e um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, principalmente pela adição de novos clientes e retomada de alguns setores como o cerâmico e o metalúrgico.

O segmento Comercial apresentou aumento o volume na ordem de 4,0% frente ao ano de 2023, principalmente devido a um maior consumo de grandes clientes, com destaque para o setor gastronômico, de supermercados e shoppings.

O segmento Residencial apresentou volume 2,4% maior em relação ao ano de 2023, devido ao efeito positivo de comportamento em relação ao ano anterior.

O segmento Automotivo (GNV) em 2024 apresentou uma queda no volume de 21,9% em comparação ao ano anterior, devido a uma menor competitividade frente aos demais combustíveis, principalmente em veículos leves.

O segmento de Cogeração, apresentou uma queda de 29,2% impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período.

A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 15,4 bilhões no acumulado do ano, 1,9% maior que em 2023, devido ao aumento de volume distribuído e aumento da base de clientes.

O EBITDA apresentou crescimento de 6,7% no ano totalizando R\$ 3,7 bilhões, reflexo principalmente de melhor mix de vendas entre os segmentos.

Já os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão ao longo do ano, incremento de 3,7%, em linha com o plano de investimentos da Companhia.

Encerramos o exercício com alavancagem de 1,80x, reflexo da posição de endividamento e da distribuição de dividendos realizados em 2024 no montante de R\$ 2,7 bilhões.

Sumário das Informações Financeiras

R\$ Mil	2024	2023	2024 x 2023
Total de clientes	2.683.924	2.536.259	5,8%
Volume (mil m³)	4.252.793	4.170.855	2,0%
EBITDA	3.726.899	3.492.271	6,7%
Resultado do período	1.792.464	1.408.787	27,2%
CAPEX	1.533.883	1.479.418	3,7%
Dívida líquida	6.709.347	4.598.706	45,9%
Alavancagem	1,80x	1,32x	0,48x

Volume (mil m³)	2024	2023	2024 x 2023
Residencial	323.025	315.380	2,4%
Comercial	154.723	148.729	4,0%
Industrial	3.457.786	3.277.125	5,5%
Cogeração	193.442	273.241	-29,2%
Automotivo	121.502	155.517	-21,9%
Termogeração	2.315	863	168,3%
Volume	4.252.793	4.170.855	2,0%
mm³/dia	11,7	11,4	2,6%

Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2024.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (i) o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) as propostas de Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2025 e de destinação do lucro líquido do exercício de 2024, a ser realizada conforme art. 40 do Estatuto Social da Companhia. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., emitido sem modificações, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos e propostas acima referidos estão aptos ao encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Marcelo Curti

Presidente e membro Titular do Conselho Fiscal

Alexandre Pedercini Issa

Membro Titular do Conselho Fiscal

Carla Alessandra Trematore

Membro Titular do Conselho Fiscal

Mario Augusto Silva

Membro Titular do Conselho Fiscal

Vanessa Claro Lopes

Membro Titular do Conselho Fiscal



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os abaixo assinados, Diretores da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (“Companhia”), declaram, para todos os efeitos legais, que reviram, discutiram e estão de acordo com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2024 e com as opiniões dos auditores independentes compartilhadas com a Diretoria até a presente data sobre as Demonstrações Financeiras.

São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2025.

Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo
Diretor Presidente

Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Engenharia e Construções

Lucas Rafael de Freitas Luiz
Diretor de Operações

Paulo Roberto Belem Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Milena Chamas Bitelli de Brito
Diretora de Vendas

Thiago Gazoli Trevisan
Diretor de TI e Relacionamento com
Clientes

Monalisa Pedrosa Trouquim Silva
Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade

Ricardo Nogueira Dias
Diretor Jurídico e de Compliance



COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS

CNPJ/ME n.º 61.856.571/0001-17

NIRE 35.300.045.611

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê serão eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado por no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisito de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é composto por 4 (quatro) membros com mandato de 2 anos, reelegíveis por no máximo 10 anos.

Todos os membros do Comitê são independentes, sendo que o Sr. Antonio Simões Rodrigues Junior também atua como membro do conselho de administração da Companhia, e o Sr. Mailson Ferreira da Nóbrega, atua como especialista financeiro do Comitê.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, por supervisionar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pelo monitoramento da qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. (“Auditores Independentes”) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (“CFC”) e certos requisitos específicos da Comissão de



Valores Mobiliários – CVM (“CVM”). Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 25 de fevereiro de 2025 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê é responsável pela aprovação e monitoramento da execução do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria e Riscos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2024:

O Comitê de Auditoria reuniu-se 5 (cinco) vezes no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e monitoramento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;



- c) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;
- d) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- e) validação das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- f) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- g) realização de reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;
- h) entender e discutir com a Administração e auditoria externa os PAAs (Principais Assuntos de Auditoria)
- i) acompanhamento dos programas de *Compliance* e LGPD.

Conclusão:

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório sem ressalvas dos auditores independentes e do relatório anual da



administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tomando em conta as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes e considerando que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Nadir Dancini Barsanulfo

Coordenadora do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria

Maílson Ferreira da Nóbrega

Membro do Comitê de Auditoria

Antonio Simões Rodrigues Junior

Membro do Comitê de Auditoria



COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS

CNPJ/ME n.º 61.856.571/0001-17

NIRE 35.300.045.611

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 10º, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81/22, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Nadir Dancini Barsanulfo

Presidente da Mesa e Coordenadora do
Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria

Mailson da Nobrega

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os abaixo assinados, Diretores da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (“Companhia”), declaram, para todos os efeitos legais, que reviram, discutiram e estão de acordo com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2024 e com as opiniões dos auditores independentes compartilhadas com a Diretoria até a presente data sobre as Demonstrações Financeiras.

São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2025.

Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo
Diretor Presidente

Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Engenharia e Construções

Bruno Silva Dalcolmo
Diretor Institucional e Regulatório

Paulo Roberto Belem Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lucas Rafael de Freitas Luiz
Diretor de Operações

Rafael Mattos Alvarez
Diretor de Suprimentos e Planejamento

Milena Chamas Bitelli de Brito
Diretora de Vendas

Thiago Gazoli Trevisan
Diretor de TI e Relacionamento com Clientes

Monalisa Pedrosa Trouquim Silva
Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade

Ricardo Nogueira Dias
Diretor Jurídico e de Compliance